

44

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2013

de Afonso VII e a reconstituição do espaço, outrora separado, com a união entre Leão e Castela em 1230.

Estando este trabalho estruturado em função da relação entre a nobreza e a realeza, escapam-se desta análise, como seria de prever, outras estratégias de reforço e de consolidação das famílias nobres, nomeadamente a ligação ao clero, as políticas matrimoniais ou as estratégias patrimoniais.

Termina com a inclusão de um conjunto relativamente amplo de anexos onde colige informação empírica sobre os mordomos e alferes de Fernando II e de Afonso IX, doações e confirmantes de documentação, entre outros dados e dois documentos de pacto.

A tese de Inês Calderón assume-se assim, e tal como já foi referido, como uma obra de inegável qualidade e interesse, estruturada em torno de uma análise séria, alicerçada numa ampla bibliografia e num conjunto documental sólido, embora limitado à documentação publicada, com um claro favorecimento da documentação régia. Tal opção determinou, no caso português, a opção pela consulta, quase em exclusivo, dos Livros de Linhagens e da documentação publicada de Sancho I.

A sua releitura da documentação conjugada com uma utilização atenta dos dados bibliográficos permitiu a construção de um questionário inovador, ao qual a autora procurou responder, contribuindo, desta forma, para o aprofundar do nosso conhecimento sobre a constituição da nobreza leonesa, as suas contradições internas e as bases de sustentação e reforço do seu poder e do seu papel no devir político do um período chave coincidente com a segunda metade do século XII e as primeiras décadas do século XIII.

Hermínia Vasconcelos Vilar  
CIDEHUS – Universidade de Évora

**Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, *Tesouros privados. A joalheria na região do Porto (1865-1879)*** (2 vols., Porto, Universidade Católica Editora – Porto / CIONP – Centro Interpretativo da Ourivesaria do Norte de Portugal / CITAR / Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Escola das Artes da UCP, 2012, 1176 pgs.).

Esta recente obra, em dois volumes, de um historiador com um extenso e brilhante currículo académico – Gonçalo de Vasconcelos e Sousa – retoma um tema que é particularmente caro ao autor – a sua “área de eleição” como um dia confessou – do qual é um reconhecido e consagrado especialista: a arte da

ouriversaria e da joalheria. O seu nome constitui uma referência neste campo da história da arte, tanto a nível nacional como internacional, sendo autor de uma vastíssima produção historiográfica, que inclui mais de uma centena de publicações, muitas delas consagradas à joalheria do Norte de Portugal.

As jóias têm a capacidade fascinante de expressarem desejos, emoções ou ambições humanas: o poder e a riqueza, o amor e a amizade, a devoção religiosa e a superstição, o orgulho dinástico e o familiar ou, tão-só, a satisfação de possuir ou de coleccionar. Independentemente do valor patrimonial e do capital simbólico que encerram, as jóias podem ser apreendidas como fontes históricas, “objectos testemunho” que veiculam informações sobre a vida económica e social e os contextos materiais que marcam a diferença de alguns grupos sociais<sup>1</sup>. O alargamento do conceito de fonte histórica veio permitir que os objectos do quotidiano pudessem ser considerados “documentos”, isto é, fontes para o estudo da humanidade. Como bem escreveu Jacques le Goff, “Terminou a ditadura do documento escrito, tendo a história passado a fazer-se com tudo o que pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a actividade, os gostos e a maneira de ser do homem”<sup>2</sup>.

É, sobretudo, nesta perspectiva que me coloco ao apresentar uma breve nota de leitura desta obra: a da historiadora que encara as peças de joalheria como fontes históricas, representativas da estrutura mental, da visão do mundo e da cultura do tempo, e que constituem, por isso, “textos” a decifrar, de potencialidades por vezes desconhecidas em termos informativos.

Ora, a obra *Tesouros privados. A joalheria na região do Porto (1865-1879)* fornece excelentes indicações sobre múltiplos aspectos, entre os quais, da história das representações sociais, das mulheres, da vida privada e quotidiana, ajudando a desvendar os universos das classes possidentes portuenses e dos concelhos vizinhos de Gondomar, de Maia, de Vila Nova de Gaia e de Feira, na segunda metade do século XIX. Este é precisamente um dos aspectos mais originais deste livro. A sumptuosa seleção iconográfica de centenas de ilustrações, na sua maioria constituída por desenhos de objectos de joalheria e pelas respectivas certidões de avaliação, não só ilustram a obra, fornecendo importantes visualizações das peças, mas são entendidas como sinais ou

---

<sup>1</sup> Irene Vaquinhas, “Em redor dos elementos materiais da vida privada”, *História da vida privada em Portugal*. Dir. José Mattoso, *A Época Contemporânea*. Coordenação, Vaquinhas, Irene, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2011, p. 454-455; 459-461.

<sup>2</sup> José Maria Amado Mendes, “Ecomuseus e museus de sociedade: cultura e saber-fazer”, *Estudos do Património. Museus e Educação*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009, p. 62.

pretextos que ajudam a levantar o véu sobre a sociedade do tempo, inclusive sobre os processos da sua produção, do seu fabrico ou do seu uso.

E se as jóias falam, tal como os pássaros cantam, como um dia escreveu um conhecido escritor, o que nos conta esta obra?

A obra estrutura-se em dois volumes, sendo o segundo constituído por anexos, reproduzindo cerca de 3000 certidões de avaliação de jóias, efectuadas, na sua maioria, pelo ourives e ensaiador do Porto oitocentista, Vicente Manuel de Moura (1815-1908), e que constam de um documento original que integra o acervo arquivístico da Casa da Moeda, de Lisboa. Este *corpus documental* está organizado de forma cronológica e segue a ordem sequencial das datas das avaliações, sendo complementado por quatro índices (geográfico, onomástico, tipológico e de matérias), os quais constituem úteis e valiosos guias de leitura.

Quanto ao I volume, divide-se em quatro capítulos: no primeiro reconstitui-se o percurso biográfico e profissional do ourives Vicente Manuel de Moura, o qual nasceu em Montalegre no ano de 1815, tendo iniciado o seu aprendizado em ourivesaria, com cerca de 16 anos, na oficina do mestre Manuel Dias do Couto, da cidade do Porto. Anos mais tarde, nos alvares da Regeneração, este dar-lhe-ia sociedade comercial, constituindo-se a firma “Couto e Moura”, na Rua das Flores. A investigação feita destaca os acontecimentos mais significativos da sua actividade profissional, sobretudo no âmbito da sua oficina, sendo os seus méritos e dotes artísticos formalmente reconhecidos pela autarquia local, tornando-se, a partir de 1865, ensaiador e contraste da Câmara Municipal do Porto. Esta sua actividade, por razões ainda não totalmente esclarecidas, acabaria por suscitar animosidade no poderoso meio corporativo portuense dos artesãos do ouro, demitindo-se no ano de 1881. Prosseguiria, no entanto, com esse ofício na Caixa Filial do Banco de Portugal, no Porto, tendo falecido no ano de 1906.

Nos restantes capítulos, o autor procede a uma análise económica, social e geográfica de alguns dos principais proprietários das jóias objecto de avaliação, bem como a uma caracterização tipológica das principais peças de joalheria identificadas. A elaboração destes retratos biográficos e que resultam de um complexo e elaborado cruzamento de fontes arquivísticas de diversa proveniência são bastante úteis para se entender a forma como se fez a expansão social da joalheria e como esta favoreceu o nascimento de novos comportamentos.

O século XIX tem sido apelidado por diversos autores como o “século de ouro da burguesia”, assistindo-se ao reforço deste grupo social que se converte no padrão de aculturação para outros estratos. É precisamente a partir da segunda metade do século XIX que vão estar reunidos os ingredientes necessários ao desenvolvimento do capitalismo e ao crescimento da burguesia. A este propósito,

Camilo Castelo Branco não deixaria de se pronunciar, observando com ironia: “A queda dos Cabrais [na sequência da Revolução da Maria da Fonte, em 1846], garantiu o sossego dos capitalistas”. E tinha razão. Foi a partir desta altura que a burguesia aumentou numericamente, ajudada por uma conjuntura que lhe garantia as condições necessárias ao crescimento dos negócios e à consolidação do seu poder<sup>3</sup>.

A região do Porto foi também palco, ao tempo, de um intenso processo de nobilitação, mercê da concessão de títulos, em número significativo no reinado de D. Maria II, e que tinha como principal finalidade honrar e gratificar todos aqueles que apoiaram a causa constitucional. Esta titulação foi fundamental para o processo de homogeneização das classes dominantes, num esforço de reconciliação social indispensável ao desenvolvimento material desejado para o país.

A partir da *Regeneração* entrava-se no caminho da expansão industrial, financeira e mercantil, fenómenos decisivos na consolidação de uma cultura do luxo que teve, em Portugal, como epicentro as duas principais cidades do país. A civilização do consumo, como lhe chama Daniel Roche, avança a passos largos com reflexos sensíveis no aumento e na oferta de bens, inclusive objectos de ouro, fenómeno que pode ser captado, entre outros aspectos, no número elevado de ourives na cidade do Porto e nas freguesias dos arredores (em particular Bonfim e Gondomar), na segunda metade do século XIX. “Cidade efervescente e dinâmica”, assim caracteriza Gonçalo Vasconcelos e Sousa o Porto dessa época.

A documentação por si recolhida evidencia, de facto, a forte presença da joalheria entre os bens da nobreza portuense, muitos de nova geração, bem como entre elementos da burguesia com recursos mais avultados, entre os quais alguns *brasileiros*, emigrantes bem sucedidos no Brasil. Os viscondes de Pereira Machado, a baronesa de Gamboa, o marquês de Gouveia, a condessa de Resende, a Viscondessa de Beire, o negociante António de Azevedo Vilarouco ou o director do Banco do Minho, na cidade do Rio de Janeiro, António José de Sousa Lima, são algumas das personalidades evocadas e que, sobretudo por motivo de óbitos de familiares, pretenderam saber o valor monetário dos seus “tesouros privados”.

---

<sup>3</sup> Irene Maria Vaquinhas; Rui Casção, “Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”, *História de Portugal*. dir. José Mattoso, vol. 5 – *O Liberalismo*, Luís Reis Torgal; João Lourenço Roque (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 381.

A maior parte das peças de joalheria que aí figuram são femininas: colares, brincos, fios, alfinetes, laços, ganchos para o cabelo, pulseiras, diademas ou tiaras, conjugados ou não em requintados adereços. Nada disto surpreende: o uso de jóias é um dos símbolos privilegiados da feminilidade. Porém, no século de oitocentos é-lhe atribuída uma outra função: a de que as mulheres mostrem, por procuração, a riqueza e o poder dos respectivos maridos ou familiares mais chegados, exigindo-se-lhes que demonstrem pelo vestuário e adereços usados ou pelo tempo dispendido com os cuidados com a aparência, disponibilidade económica e de que não tinham necessidade de trabalhar, o que era considerado um sinal de prestígio e de distinção. Trata-se de uma função decorativa, que se apoia largamente na joalheria, cabendo à mulher substituir o luxo ostentatório – as rendas, as jóias, as cabeleiras empoadas – que a Revolução Francesa e o liberalismo baniram do traje aristocrático masculino<sup>4</sup>.

Pode-se evocar, a este propósito, um pequeno texto literário retirado de *Os Maias* de Eça de Queirós: “Ninguém os conhecia. Tinham alugado a Arroios um primeiro andar no palacete dos Vargas; e a rapariga principiou a aparecer em S. Carlos, fazendo uma impressão – uma impressão de causar aneurismas, dizia o Alencar! Quando ela atravessava o salão, os ombros vergavam-se no deslumbramento de auréola que vinha daquela magnífica criatura, arrastando com um passo de deusa a sua cauda de corte, sempre decotada como em noites de gala, e, apesar de solteira, resplandecente de jóias”. Sublinho: “apesar de solteira, resplandecente de jóias”. Na verdade, é sobretudo à mulher casada que compete exhibir jóias, sendo a cerimónia do casamento um dos momentos mais comuns para a sua oferta ou para a transmissão de “jóias de família”, as quais contribuem para perenizar as biografias familiares e reforçar os elos entre os vários parentes. As jóias ou outros objectos de luxo fazem inclusivamente parte das prendas rituais oferecidas aos noivos das classes elevadas, sendo considerado ofensivo do pudor feminino a oferta de objectos para o lar.

No núcleo analisado por Gonçalo de Vasconcelos e Sousa são muitas as jóias apresentadas por viúvas ou que foram prendas de noivado: é o caso de dois adereços de esmeraldas e de diamantes, oferecidos pelos primos direitos e futuros maridos a duas irmãs, proximidade familiar comum nos casamentos das classes possidentes. Este tipo de ofertas reforça os rituais da sedução amorosa, servindo de prova material das intenções sérias do candidato e fundamentam novos vínculos sociais.

---

<sup>4</sup> Irene Vaquinhas, “Alguns aspectos da elegância e da beleza femininas nos finais do século XIX”, *“Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX*. 2ª edição, Lisboa, Edições Colibri, 2011, p. 53-56.

A perspectiva de género na análise desta obra não se fica por aqui.

Os manuais de civilidade são, ao tempo, os guias indispensáveis da vida burguesa, impondo regras nas várias situações do quotidiano, entre as quais, o vestir ou o uso de adereços e de jóias. “As pérolas e os diamantes são sempre honrosos – esclarece Beatriz Nazareth no seu *Manual de Civilidade e Etiqueta. Regras indispensáveis para se frequentar a boa sociedade* – sugerindo, “preferi os diamantes límpidos, incolores; as pérolas mais apreciadas são as redondas [...] A esmeralda é também muito própria [...] os seus reflexos glaucos verde mar harmonizam extraordinariamente com o branco rosado da cutis”<sup>5</sup>.

Estas recomendações normativas espelham-se nas conclusões deste livro, o que demonstra a sua eficácia. Com efeito, entre a grande diversidade de materiais utilizados na confecção das peças, e que revelam as evoluções do gosto e da moda, os diamantes e as esmeraldas – uma ligação gemológica recorrente, como dirá Gonçalo Vasconcelos e Sousa – figuram em número significativo nas peças avaliadas pelo contraste Vicente Manuel de Moura, alcançando preços muito elevados.

Outras jóias marcam também presença, inclusive aquelas que ficam a meio caminho entre a genealogia aristocrática e o sentimento familiar: os camafeus, os adornos com retratos ou com pequenas mechas de cabelo de pessoas queridas desaparecidas, entrançadas em ouro, no fundo, verdadeiros relicários familiares que ajudam a construir a consciência individual e o desejo de reter o tempo que passa, tão característico das elites de Oitocentos.

Já quanto às pedras semi-preciosas dominantes – as ametistas e os topázios – a simbologia das suas cores – o roxo e o amarelo – necessita de um estudo aprofundado para o caso português mas afigura-se útil evocar um outro símbolo do luxo que espera os seus historiadores: o dos perfumes, sendo os extractos de violeta e de lírio dos aromas de maior sucesso neste período.

A vida social e mundana de uma mulher “comme il faut”, como então se dizia, afigura-se justificar a grande tipologia registada de adornos, embora os de maior aparato fossem reservados para as ocasiões em que se permitiam decotes, ombros e braços nus: o teatro, os bailes e as *soirées*.

Já os adereços masculinos que constam deste núcleo documental são sobretudo constituídos por relógios, botões (de camisa, punho ou pulso), alfinetes “de peitilho”, como se dizia no tempo, e insígnias de diversas ordens.

Num século marcado por uma profunda divisão dos sexos (de espaços, de funções, de comportamentos), os papéis atribuídos ao sexo masculino

---

<sup>5</sup> Beatriz Nazareth, *Manual de Civilidade e Etiqueta. Regras indispensáveis para se frequentar a boa sociedade*. 8ª edição, Lisboa, Editor Arnaldo Bordalo, 1908, p. 227.

são completamente distintos dos do sexo oposto. Nada de ostentação ou de exuberância no modo de trajar, incompatíveis com a lógica da respeitabilidade e da funcionalidade exigidas pela ética do trabalho. O vestuário quer-se sombrio e austero. Os adereços reflectem essa estética do apagamento, aconselhada pelos manuais de civilidade: “não useis senão as jóias indispensáveis e de uma maneira discreta. Poucos anéis nos dedos e nada de exposição de berloques na cadeia; botões de peitilho imperceptíveis”<sup>6</sup>, assim se dirigia Beatriz Nazareth ao sexo masculino no manual de civilidade atrás citado.

Descrição e subtil elegância nos acessórios é precisamente o que refere Gonçalo Vasconcelos de Sousa nesta obra, seja nas jóias mencionadas, seja na seleção criteriosa de retratos de alguns elementos das classes possidentes portuenses. Neles figuram minúsculas peças de joalheria mas de elevado valor monetário, como botões de camisa e alfinetes com diamantes, a exemplo dos retratos de familiares do Comendador António Lourenço Correia (figuras 83 e 84). Em regra, como têm mostrado tantos estudos, assumem o estatuto de jóias de família, transmitindo-se por via paterna, como é comum, no que respeita aos relógios. Já as insígnias oficiais, também dadas a avaliação, remetem para recompensas por serviços prestadas.

É também abordado nesta obra o “ouro popular”, designação que se aplica fundamentalmente aos espólios rurais, destacando-se as peças de ouro: cordões, contas, brincos à rainha, pendants (em coração e em conceição). O ouro, mais do que qualquer outro material precioso, entronca na lógica da materialidade da sociedade camponesa, e tanto parece corresponder a necessidades de ordem estética e social, como, sobretudo, a formas de investimento e de conservação de capitais, integrando, em alguns casos, dotes de raparigas.

Ao contrário das classes urbanas burguesas ou aristocráticas, as jóias da população rural não se caracterizam nem pela simplicidade nem pela austeridade, sendo, em alguns casos extremamente elaboradas e, acima de tudo, muito pesadas. O “ouro filagranado para uso das aldeãs” não deixou de impressionar Catherina Carlota, Lady Jackson, que na sua *Formosa Lusitania*, citada por Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, refere: “há arrecadas desmarcadamente grandes |...| cruces enormes à proporção |...| cadeias e anéis maciços |...| Se a mão de obra nem sempre prima em delicadezas |...| o ouro é de quilate superior ao que se usa em Inglaterra”.

Algumas das peças dadas a avaliação pesavam mais de 500 gramas, como o grilhão e cruz de filigrana de Teresa Moreira da Silva, de Vila Escura, freguesia

---

<sup>6</sup> Beatriz Nazareth, *ob. cit.*, p. 207.



do concelho da Maia. Este tipo de peças resplandecia quando colocado sobre os trajos femininos a exibir em romarias e ocasiões festivas, como se pode observar em algumas das ilustrações desta obra. O núcleo estudado referencia um leque muito alargado de peças de ouro, com ou sem aplicações de outros materiais (azeviche, esmalte...), sendo particularmente significativa a longa tipologia de brincos e de arrecadas: à rainha, à lavradeira, africanas, de bambolins....

Em contrapartida, não se registam neste núcleo jóias devocionais como rosários ou terços. Figuram, no entanto, peças relacionados com a religiosidade e a superstição, sobretudo pendentes em forma de Nossa Senhora da Conceição, bem como inúmeras figas. O ouro popular não só enfeitava as suas possuidoras, assegurando-lhes uma mais-valia no mercado matrimonial, mas simbolizava também o prestígio material e económico da sua família e constituía uma reserva material sempre à mão para momentos difíceis.

A obra *Tesouros privados. A joalheria na região do Porto (1865-1879)*, de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, articula, por conseguinte, dimensões da história da cultura, da vida privada, do quotidiano, da cultura material, sendo de grande interesse para historiadores, os da arte e os outros, mas também para antropólogos, para sociólogos, para colecionadores, para artistas e *designers* ou, tão-só, para simples curiosos. E se a ideia central foi dar a conhecer tesouros escondidos, esta obra também os encerra, como se de um guarda-jóias se tratasse...

Irene Maria Vaquinhas

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra /CHSC